

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALLUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A 'nefasta influência política' na Vale



Ao renunciar denunciando interferência na Vale, conselheiro deixa claro o que até os office-boys da empresa já sabem: Lula exige a genuflexão do setor produtivo à sua vontade

Se ainda restava alguma dúvida sobre o objetivo da gestão Lula da Silva de tomar de assalto as grandes empresas brasileiras para bancar seus projetos delirantes, a carta-renúncia de um conselheiro independente da Vale a sepultou definitivamente. Não que fosse necessário, porque o País ouviu do próprio Lula que seu objetivo é submeter as empresas ao "pensamento do governo". Para ele, as políticas sociais, e não o lucro, é que deveriam balizar os investimentos do mercado – aquele que, segundo o demiur-

go petista, "não tem pena das pessoas que passam fome".

Alegando considerar sua presença como conselheiro independente "ineficaz, desagradável e frustrante" diante da ostensiva manipulação do processo de escolha do novo presidente da Vale, o conselheiro José Luciano Duarte Penido pediu para sair, apesar de ainda ter mais de um ano de mandato a cumprir. Penido, um executivo experiente, com passagens em grandes corporações, foi contundente ao condenar as pressões do governo para colocar na direção da Vale um preposto

de Lula.

"Apesar de respeitar as decisões colegiadas, a meu ver o atual processo de sucessão do CEO da Vale tem sido conduzido de forma manipulada, não atende aos melhores interesses da empresa e sofre evidente e nefasta influência política", declarou Penido em sua carta-renúncia. Não houve referência direta a Lula, mas nem precisava: até os office-boys da companhia sabem do que se trata.

É notório o interesse de Lula da Silva em infiltrar um feudatário na Vale e fazer dela uma financiadora de seu, em suas próprias palavras, "pensamento desenvolvimentista". Há meses o nome de seu fiel escudeiro e ex-ministro Guido Mantega circula como seu preferido. O mesmo Mantega que presidiu o conselho de administração da Petrobras na segunda gestão petista, em que a companhia amargou o maior endividamento do mundo – e isso não é força de expressão – ao ser colocada a serviço do lulopetismo desvairado.

A interferência do governo na Petrobras, embora deletéria, é rotineira, e está longe de se circunscrever ao mandarino lulopetista – basta lembrar das diversas vezes em que o governo de Jair Bolsonaro trocou a direção da Petrobras até encontrar alguém que obedecesse às ordens do capitão. Isso acontece porque, apesar da grande participação do capital privado, a empresa, na prática, é controlada pelo governo.

Já a Vale, privatizada em 1997, tem mais de 90% de seu capital em mãos privadas. Além disso, é uma *corporation*, ou seja, seu capital é diluído e ne-

nhum dos acionistas tem mais de 10%. Logo, nesse caso, a interferência de Lula é pura truculência, derivada de sua certeza de que, privadas ou estatais, todas as grandes empresas brasileiras devem ser caudatárias de seu populismo, ameaçando todo o setor produtivo nacional.

Lula dá reiteradas demonstrações de que não admite ser contrariado em seus objetivos intervencionistas. Está absolutamente convencido de que o Estado paternalista e dirigista é a solução para o País. Por isso vê com tanta naturalidade a utilização do caixa de estatais para projetos que, muitas vezes, nada têm a ver com a estratégia dessas empresas. E se as estatais e empresas mistas não são suficientes, que os tentáculos do Estado se prolonguem em direção às empresas privadas.

Longe de ser classificada como uma política de convencimento, a tática que vem sendo adotada pelo governo é a de domínio hostil, com o uso do poder do Estado como mecanismo de pressão. Tem sido assim na Vale e na Eletrobras, por exemplo.

É bom recordar que os problemas que a Petrobras enfrentou no passado recente não foram consequência somente da corrupção lulopetista que lhe saqueou os cofres, embora este seja um dos maiores riscos da ingerência política. O que elevou sobremaneira a dívida da empresa em relação a seu patrimônio foi uma gestão ruim, voltada ao atendimento dos anseios do governo e do Partido dos Trabalhadores. É isso, e apenas isso, o que Lula quer fazer com a Vale. ●

A Justiça que tarda, falha e põe vidas em risco

Se a Justiça tivesse cumprido seu papel e tomado medidas tempestivas num caso incontestado, o sequestro no ônibus do RJ por um criminoso condenado não teria acontecido

Na terça-feira, o Brasil acompanhou atônito o sequestro de um ônibus no Rio de Janeiro. Tudo indica que o sequestrador, Paulo Sérgio de Lima, suspeitou que um passageiro fosse um policial e atirou contra ele, ferindo-o gravemente. Em seguida, rendeu 16 passageiros.

Felizmente, não se repetiu a sucessão de erros da polícia que, em 2000, resultou na tragédia do sequestro do ônibus 174, no Rio. À época, no momento em que o sequestrador deixava o ônibus com uma refém, um policial fez um disparo que acabou matando o passageiro. Detido, o criminoso chegou morto ao hospital por asfixia. Desta vez, a polícia logrou a rendição sem vítimas.

Mas, se neste caso a polícia agiu com técnica e competência, o incidente ex-

pôs as falhas de outro braço do Estado: a Justiça. Nada disso teria acontecido se o Judiciário tivesse cumprido seu papel.

Lima cumpria pena após ter sido condenado a nove anos e quatro meses de prisão por um assalto em 2019. Após um ano e seis meses preso, ele foi beneficiado com o regime semiaberto, e dois anos depois, à prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. Até aí, tudo indica que a execução da pena legitimamente seguia o sistema de progressão. Mas então começou o festival de erros.

Desde agosto de 2022, Lima violou sistematicamente as regras de uso da tornozeleira. No dia seguinte à primeira violação, a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) notificou a Vara de Execuções Penais (VEP). Neste momento, o juiz deveria ter intimado o advogado do apenado a prestar esclare-

cimentos, mas nada fez.

O criminoso ignorou todos os pedidos para comparecer à Central de Monitoramento da Seap, que comunicou as violações à VEP nada menos que cinco vezes ao longo de um ano e sete meses. Em março de 2023, o Ministério Público requisitou a regressão do regime. Mas só na última terça-feira à noite, após o sequestro, o juiz acolheu o pedido, com uma nota infame em que diz que só então "teve oportunidade de decidir".

Nesse caso, o Executivo, através da Seap, cumpriu seu papel. Mas a própria Seap admite ignorar o paradeiro de 1,8 mil apenados porque as tornozeleiras foram danificadas. Entre os foragidos há condenados por crimes como homicídio, roubo e tráfico. Se é que estão oficialmente foragidos, pois não está claro quantas dessas violações já foram analisadas pela Justiça.

O Brasil tem um dos maiores e mais caros Judiciários do mundo, consumindo cerca de 1,2% do PIB, bem maior que nos EUA (0,14%), na Itália (0,19%) e na Alemanha (0,32%), por exemplo. Ademais, os juizes são brindados com todo tipo de regalias – e vivem se queixando de que esses privilégios são insuficientes. Apesar disso, no Brasil, uma sentença de primeira instância demora 1.606 dias para sair, enquanto na Itália leva 564; no Reino Unido, 350; e na Noruega, 160.

Diz-se que o Brasil prende muito e prende mal. A segunda parte é inequívoca e, por isso mesmo, a primeira é relativa. O Brasil prende muito e pouco. Muito, porque 40% dos presos são provisórios, às vezes há anos, e muitos dos condenados respondem por crimes de baixo potencial ofensivo, que deveriam ser punidos com penas alternativas. Ao invés disso, estão se graduando nas "escolas do crime" em que se transformaram os presídios. Mas o Brasil também prende pouco. A resolução de assassinatos é da ordem de 35%, enquanto a média global é de quase 65%.

Os índices de Confiança na Justiça da FGV mostram uma persistente percepção da maioria da população de um Judiciário lento, caro, ineficiente, hermético, corrupto e pouco independente. Com frequência, essa Justiça, através de sua instância máxima, o Supremo Tribunal Federal (STF), acusa o Legislativo de "omissão" em temas controversos, como se a opção por manter determinada legislação já não fosse uma resposta. Mais grave, no entanto, é a omissão do Judiciário quando legitimamente provocado, como nos inúmeros julgamentos represados há anos, às vezes décadas, nas gavetas do STF. Mas verdadeiramente graves são casos incontestados, como a violação da execução penal de um condenado. Em casos como esses, a negligência de uma Justiça que tarda e falha pode ser letal. ●